

ANTÓNIO GUTERRES



“Continuarei a defender os valores da Carta das Nações Unidas. E jamais desistirei”

DONALD TRUMP



“Os EUA estão mais fortes do que nunca. Somos líderes em praticamente tudo”

LULA DA SILVA



“A ONU está a falhar numa das suas missões mais elevadas: a de livrar a humanidade do flagelo da guerra”

■ PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO NA TRIBUNA DAS NAÇÕES UNIDAS

“É urgente uma reforma profunda no Conselho de Segurança da ONU”

“Diplomacia é a única arma que existe para unir, reparar, construir e salvar vidas, povos, nações e a Humanidade”

“Angola procurou dar a sua contribuição à construção e consolidação da paz em África e no mundo”

“A voz dos Africanos deve ser escutada em todas as circunstâncias e em todos os momentos nos processos de tomada de decisões estratégicas”

“Cuba não é um Estado terrorista, não produz nem possui armamento nuclear, armas químicas ou bacteriológicas”

POLÍTICA • 3



CONTEÚDOS PIPA | EDIÇÕES NOVEMBRO | NOVA IORQUE



NESTA EDIÇÃO

LUSOFONIA

Luanda acolhe Fórum da Governança da Internet
ÚLTIMA • 40

NOVA IORQUE

Angola no encontro sobre mulheres e paz
ÚLTIMA • 40

PROJECTO “ACTION/PORTUGAL”

Iniciativa lusófona prevê expansão da protecção social
SOCIEDADE • 7

MEDIDA EM VIGOR NO PAÍS

Proibição de plásticos reforça a protecção ambiental
SOCIEDADE • 6

RICARDO D'ABREU

País marca presença no Fórum Global de Transportes Sustentáveis
POLÍTICA • 4

■ ENCONTRO NA SEDE DO MIREX

Parceria com os EUA no domínio migratório analisada em Luanda

POLÍTICA • 4

■ TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE AFRICANOS

Os filhos de Angola que ficaram em São Tomé e Príncipe

REPORTAGEM • 26 a 29



■ NOVA REUNIÃO HOJE

Educação sempre cumpriu acordos assumidos com o SINPROF

SOCIEDADE • 7



■ MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

Cooperação com a China reforçada no Ensino Superior

ÚLTIMA • 40

■ FÓRUM INTERNACIONAL

Embaixadores exaltam dimensão diplomática de Agostinho Neto

POLÍTICA • 4



PUBLICIDADE

CONDOMÍNIO MARINA TALATONA

COMUNIDADE PLANEADA

T4

T3+1

LAZER E DESPORTO

Estrada da Samba, no sentido Angomart Benfica—Bomba dos Mirantes, Futungo, do lado direito. | WhatsApp: 976 196 432

■ NA ROTA DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS

“Filhos de Angola” sobrevivem mais a Norte do Atlântico

Entre as antigas roças de São Tomé, os apelidos herdados dos antepassados, as línguas perdidas e a procura por uma identidade atravessada por gerações, uma comunidade procura reconstruir os caminhos capazes de ligar o arquipélago a Angola



Bráulio Campos / São Tomé

Há histórias que não cabem num arquivo. Estão numa fotografia antiga, guardada numa gaveta, num apelido, numa palavra em kikongo ensinada por uma avó aos filhos, mas já não transmitida aos netos. Estão nas roças, nas antigas sanzalas, nos cemitérios, nas famílias espalhadas entre dois países e, sobretudo, na memória dos mais velhos.

Em São Tomé e Príncipe, essa memória conduz muitas vezes a Angola. Não se trata apenas de uma ligação histórica entre dois territórios integrantes do mesmo espaço colonial português. É uma ligação humana, construída por meio de deslocamentos, separações familiares, trabalho, sofrimento, resistência e criação de novas comunidades.

A equipa de reportagem em São Tomé procurou seguir precisamente esse caminho, saindo dos grandes acontecimentos para aproximar-se das pessoas, mas, tendo como premissa, o tráfico e a escravização, a resistência, o sistema de roças, o trabalho contratado, os Angolares e a memória contemporânea.

No centro da reportagem, está Filipe Samba, natural da Roça Monte Café e presidente da Associação dos Filhos e Descendentes dos Angolanos em São Tomé e Príncipe, cuja história pessoal se confunde com a reivindicação colectiva de identificar famílias de origem angolana, recuperar os seus percursos e impedir o desaparecimento de uma parte da história junto dos últimos homens e mulheres ainda capazes de contá-la. “O primeiro passo é a identificação. O segundo deve ser a identidade”, recordou.

Uma ilha construída pelo Atlântico

Para compreender a presença angolana em São Tomé é preciso começar pela pró-



Maria Pascoela Bom Jesus, aos 78 anos, a sua avó era natural de Malanje. Chegou a São Tomé durante o período do contrato e foi encaminhada para a Roça Agostinho Neto, em Monte Café, onde trabalhou nas plantações de cacau

pria ilha. Vista hoje, pode parecer um território pequeno e isolado no Golfo da Guiné. A sua história, porém, foi marcada por redes de circulação de pessoas, mercadorias e capitais, ligando a costa africana à Europa e às Américas.

A cidade de São Tomé conserva marcas dessa ordem colonial. O Forte de São Sebastião, hoje Museu Nacional, é um dos lugares onde essa história pode ser lida através do património. O Arquivo Histórico guarda outro tipo de vestígio, documentos capazes de revelar nomes, relações comerciais, revoltas, fugas, trabalhadores e famílias.

São Tomé constituiu uma experiência precoce da economia colonial, denominada “plantation”, inicialmente associada à produção açucareira e sustentada pelo trabalho escravizado. A ilha funcionou também dentro de redes de circulação e redis-



Filipe Samba, natural da Roça Monte Café e presidente da Associação dos Filhos e Descendentes dos Angolanos em São Tomé e Príncipe

tribuição de pessoas escravizadas, ligando o espaço africano a circuitos atlânticos mais amplos.

É nesse contexto que a relação com Angola deve ser compreendida. Angola não foi apenas uma origem geográfica de pessoas transportadas para São Tomé. Os territórios hoje integrantes de Angola estavam inseridos em redes comerciais e políticas envolvendo sociedades africanas, comerciantes, autoridades coloniais e agentes europeus.

Autores como o norte-americano Joseph C. Miller, o inglês David Birmingham e a angolana Ana Jacinto ajudam a compreender essa complexidade e a necessidade de olhar para o tráfico atlântico para além da simples narrativa dos embarques. Em São Tomé, porém, a história ganhou outra dimensão. Depois do tráfico e da abolição, outras formas de exploração da mão-de-obra



Marcos Manuel, de 27 anos, natural de Ribeira Peixe. A avó paterna era angolana e chegou a São Tomé durante o período do contrato acompanhada pela mãe. Instalou-se em Monte Café

continuaram a alimentar as plantações. Foi nesse mundo que chegaram muitos dos antepassados daqueles hoje identificados como descendentes de angolanos.

Memórias e raízes de Monte Café

No coração da ilha, Monte Café é uma paisagem marcada pelo café, pelo cacau e pelas estruturas da antiga “plantation”. Entre casas, sanzalas, armazéns e espaços de produção permanece a memória dos trabalhadores responsáveis pelo funcionamento da roça.

Marcos Manuel, de 27 anos, natural de Ribeira Peixe, carrega uma dessas histórias. A avó paterna era angolana e chegou a São Tomé durante o período do contrato, acompanhada pela mãe. Instalou-se em Monte Café, onde trabalhou numa plantação de café e constituiu família. Mais tarde, regressou a Angola e voltou a São Tomé



Tatiana Borges, filha de cabo-verdianos, com o pai nascido em Angola, desenvolve o projecto “Tatiana Arco-Íris”, dirigido às crianças da comunidade

durante o período da guerra civil angolana, onde morreu. Na história de Marcos, os dois territórios aparecem como espaços de uma mesma família. “Essa é a nossa linhagem, uma mistura entre São Tomé e Angola”, contou.

A sua história mostra como os trabalhadores não deixaram apenas força de trabalho nas roças. Deixaram filhos, apelidos, famílias e memórias. Alguns regressaram. Outros ficaram. Outros nunca chegaram a conhecer Angola, embora tenham crescido a ouvir falar dela.

Marcos conhece familiares residentes no país, incluindo professores, e sabe que as raízes familiares estão ligadas a Luanda. Ainda não esteve em Angola, mas pretende conhecer o território dos seus antepassados.

Língua levada pelo tempo

Na Vila Maria, Maria Pascoela Bom Jesus, de 78 anos, guarda outra dessas histórias.

A sua avó, Santana, era natural de Malanje. Chegou a São Tomé durante o período do contrato e foi encaminhada para a Roça Agostinho Neto, em Monte Café, onde trabalhou nas plantações de cacau.

O avó, permanecera no Lobito, em Angola, mas acabou por seguir para São Tomé. Trabalhava como cozinheiro num barco. O contrato terminou, mas a família já tinha criado raízes. A filha nasceu em São Tomé e a permanência tornou-se definitiva.

Maria Pascoela conta ter ouvido da mãe o relato segundo o qual ela teria sido encontrada recém-nascida atrás da sanzala, sobre o lixo, depois de a avó ter dado à luz. O relato não está documentalmente verificado, mas revela a precariedade presente na memória de algumas famílias sobre a vida nas roças.

Outro vestígio dessa história está na língua. Santana falava kimbundu. A filha compreendia, mas já não falava. Maria Pascoela e os irmãos chegaram a compreender algumas palavras, mas, com a morte da avó, esse conhecimento foi desaparecendo.

“Uma língua pode morrer sem ninguém perceber exactamente quando. Às vezes desaparece quando uma avó deixa de falar. Depois, quando os filhos deixam de ensinar. Finalmente, quando os netos já não reconhecem as palavras da família”, disse Maria Pascoela, que visitou Angola várias vezes, mas nunca conseguiu chegar a Malanje e até hoje o desejo permanece.

Arquivos vivos guardados em roças

A Roça Agostinho Neto conserva estruturas capazes de ajudar a compreender o sistema de “plantation”, entre elas a casa principal, antigas áreas de trabalho, sanzalas, hospital e instalações ligadas à produção.

Para Tatiana Borges, filha de cabo-verdianos, com raízes em Angola, a roça Agostinho Neto é mais do que uma antiga propriedade agrícola. “É um espaço que necessita ser devolvido à memória das novas gerações”, defendeu.

Por isso, desenvolve o projecto “Tatiana Arco-Íris”, dirigido às crianças da comunidade. A iniciativa combina educação, actividades artísticas e ambientais e pretende criar um mini-museu comunitário. Nele, as próprias crianças recolhem objectos relacionados com o passado da roça e procuram organizar uma exposição cronológica.

A proposta, explicou, procura fazer dos descendentes mais do que espectadores da história dos antepassados, envolvendo-os na sua preservação. Tatiana considera a roça Agostinho Neto uma espécie de “espaço mãe”, associando-a à circulação de trabalhadores africanos chegados à ilha e posteriormente encaminhados para outras propriedades.



FOTOS DE ARIMATEIA BAPTISTA | EDIÇÕES NOVEMBRO | SÃO TOMÉ

Escravidão como memória permanente do trabalho

Na Roça Dona Augusta, a história aparece na voz de Nicolau, nascido em 1953 e nunca registado oficialmente com sobrenome. Os pais eram originários de uma região de língua kimbundu, em Angola, e chegaram a São Tomé como trabalhadores contratados.

O pai, Francisco, falava-lhe do avô, Francisco Chibira, descrito na memória familiar como soba de uma aldeia em Angola, numa história que atravessa três gerações. O soba, relatou, ficou em Angola, mas o filho atravessou o mar e o neto nasceu em São Tomé sem conhecer a terra dos antepassados.

Nicolau recorda uma rotina iniciada de madrugada. “Havia formatura às quatro e meia e início das tarefas às cinco. O trabalho agrícola envolvia cacau, café e coco, além do corte e transporte de capim. A disciplina era rígida. A memória inclui castigos físicos e uma frase reveladora. Mas era vida de escravo”, lembrou. Para muitos historia-

ARIMATEIA BAPTISTA | EDIÇÕES NOVEMBRO | SÃO TOMÉ



Nicolau é descendente de uma região Kimbundu

dores, é necessário estabelecer uma distinção. O trabalho contratado não era juridicamente idêntico à escravidão, formalmente abolida nos territórios portugueses. A historiografia sobre o colonialismo português, contudo, demonstrou como o recrutamento, a dependência, a disciplina laboral e as condições concretas podiam assumir formas profundamente coercivas. Hoje, Nicolau sintetiza a sua identidade numa frase. “Eu sou filho de angolanos, mas nasci cá”.

ARIMATEIA BAPTISTA | EDIÇÕES NOVEMBRO | SÃO TOMÉ



Investigadores Gabriel Rocha e Philippe Moreira

Outra história de resistência

No Sul da ilha, São João dos Angolares e Angolares estão voltados para o mar. A pesca, a agricultura e a relação com o território constituem elementos fundamentais da vida comunitária. Aqui, a história dos descendentes de angolanos encontra uma questão mais antiga, a origem dos próprios Angolares.

A equipa de reportagem procurou tratar o assunto com cautela, pois para os historiadores não há uma resposta única. Entre as principais hipóteses apontadas por estes está a tradição, segundo a qual os Angolares seriam descendentes de sobreviventes de um naufrágio. Existem também interpretações os relacionando com populações autóctones e outras centradas em fugitivos e comunidades formadas fora do controlo colonial.

Com base na tradição oral, relatada por Marcos Manuel, os primeiros habitantes do Sul eram sobreviventes de um naufrágio nas proximidades de Sete Pedras. Embora a narrativa esteja presente na memória local, não deve ser apresentada como facto definitivo, sem confirmação documental e arqueológica.

Os investigadores brasileiros Gabriel Rocha e Philippe Moreira, que também estavam, no momento da reportagem a fazer um trabalho na localidade, consideraram relevante

saber mais sobre a história do naufrágio. Durante a reportagem, os investigadores procuraram nos arquivos e no terreno vestígios dos antigos mocambos, cruzando documentação, arqueologia e história oral.

Segundo Gabriel Rocha, documentos portugueses do século XVI fazem referência a conflitos envolvendo pessoas escravizadas e grupos empenhados na construção de espaços de autonomia em São Tomé. Entre essas referências, apontou uma figura denominada Rei Mocambo, associada a uma comunidade de fugitivos, cuja importância está menos no nome isolado do que naquilo sugerido por essa presença documental.

Amador e a memória da resistência

Antes dos mocambos, a história de São Tomé passa por Trindade. É nesta região onde a memória de Amador, associado à revolta de 1595, continua a representar um dos grandes episódios de resistência à ordem colonial e à escravidão.

A revolta é importante por impedir uma leitura da história colonial na qual as populações africanas aparecem apenas como vítimas. Houve fugas, revoltas, comunidades autónomas e estratégias próprias de sobrevivência.

Quando o trabalho passa de uma forma para outra

Na Roça Água Izé, estruturas como a casa principal, sanzalas, hospital, armazéns e espaços de produção recordam uma economia profundamente dependente das plantações. A história de José de Deus Quinda, conhecido como Api, introduz outra família nessa paisagem. O pai veio do Uíge, em Angola, como contratado. Chegou sozinho a São Tomé e trabalhou como criado de um colono ligado à administração da Água Izé.

Em São Tomé, constituiu família com uma mulher ligada à família Lubi, cuja origem é identificada por Api com a Guiné Equatorial. O apelido Quinda ficou. É quase tudo o que resta da ponte familiar para o Uíge. Api nunca esteve em Angola, mas deseja conhecer a terra do pai. “Eu quero conhecer o Uíge”. Não procura apenas um território. Procura uma família.

Famílias entre o mar e a memória

Em Ribeira Peixe, a produção agrícola, o mar e as antigas estruturas das roças compõem uma paisagem onde diferentes origens africanas se cruzaram. Jorge Correia, de 70 anos, é descendente de uma bisavó angolana que chegou a São Tomé como contratada e trabalhou no Ilhéu das Rolas. Quando o contrato terminou, permaneceu na ilha.

Jorge recorda jornadas das cinco da manhã às cinco da tarde, controlo de presença, trabalho ao sábado e algum alívio ao domingo. Lembra o cacau, o coco, a alimentação e o envolvimento das crianças nas tarefas agrícolas. Mas há uma ausência que diz muito:

FOTOS DE ARIMATEIA BAPTISTA | EDIÇÕES NOVEMBRO | SÃO TOMÉ

Companhia da Ilha do Príncipe

Roça Água Izé

Lista de pagamento dos trabalhadores da Roça Água Izé

Nº	Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Profissão	Salário	Observações
1	António	25	M	Casado	Agricultor	1000	
2	Maria	22	F	Casada	Agricultora	800	
3	João	18	M	Solteiro	Agricultor	600	
4	Ana	15	F	Solteira	Agricultora	400	
5	Carlos	20	M	Casado	Agricultor	900	
6	Isabel	18	F	Casada	Agricultora	700	
7	Paulo	25	M	Casado	Agricultor	1100	
8	Lucy	22	F	Casada	Agricultora	900	
9	Roberto	18	M	Solteiro	Agricultor	600	
10	Helena	15	F	Solteira	Agricultora	400	

Folha de pagamento dos trabalhadores da Roça Água Izé



Jorge Correia, de 70 anos, é descendente de uma bisavó angolana que chegou a São Tomé como contratada e trabalhou no Ilhéu das Rolas. Quando o contrato terminou, permaneceu na ilha

as fotografias. Jorge conserva uma imagem da mãe. Da bisavó, não. Quando o documento desaparece, a palavra torna-se arquivo.



Jéssica afirma também que existem situações de preconceito contra descendentes de angolanos. A palavra “tonga” é utilizada historicamente para designar determinadas populações ligadas às roças

Os apelidos que sobreviveram
Na Roça Boa Entrada, a memória ganha outra forma. Jéssica Moreira, descendente de angolanos, afirma também que existem situações de preconceito contra descendentes de angolanos. A palavra “tonga”, utilizada historicamente para designar determinadas populações ligadas às roças, aparece nesse universo social como uma categoria carregada de significados. É preciso cautela para não transformar cada testemunho numa generalização sociológica. Mas os relatos merecem ser registados, porque a história também é feita da maneira como as pessoas experimentam o passado no presente.

Fronteiras trazidas pelos nomes de origem

É aqui que Filipe Samba volta ao centro da narrativa. Para ele, os apelidos são pistas de uma árvore familiar fragmentada pelo tempo. Samba, Muhongo, Caxito, Vunge, Mungo e outros nomes aparecem nas memórias das famílias e nos esforços de investigação genealógica. Mas alguns descendentes deixaram de utilizar os apelidos dos antepassados.

Domingos Luís, ligado à Embaixada de Angola e à área consular, reconhece essa realidade e refere casos em que angolanos ou descendentes tiveram de abdicar dos apelidos, por razões relacionadas com integração social ou com o desejo de escapar ao estigma associado à origem.

Quando um nome é abandonado para evitar uma marca social, não desaparece apenas uma palavra. Desaparece uma pista.

O que significa ser “tonga”?

Filipe Samba utiliza também uma palavra que carrega uma história social. “Eu sou considerado tonga”. O termo aparece associado, em diferentes contextos, aos descendentes dos trabalhadores das roças. O seu significado não foi estático e deve ser compreendido



Miquelina Amânco Pande, nascida na Roça Monte Café, em 1955, guarda outra geografia familiar. Pelo lado materno, a família remonta a Porto Amboim, no actual Cuanza-Sul

dentro das relações sociais de cada período. Para Samba, contudo, a palavra ainda pode representar uma fronteira entre quem é percebido como pertencente às comunidades das roças e quem está associado a outros espaços da sociedade são-tomense.



Domingos Luís, ligado à Embaixada de Angola e à área consular, reconhece essa realidade e refere casos em que angolanos ou descendentes tiveram de abdicar dos apelidos

A Independência transformou profundamente o país, mas as sociedades não abandonam automaticamente as categorias produzidas por séculos de desigualdade. Algumas permanecem nos nomes, outras na linguagem e outras nas oportuni-

lanos provenientes do Lobito e líder dos descendentes angolanos daquela comunidade, conhece histórias que ligam a região às antigas estruturas da Roça Bela Vista.

Boa Entrada estava integrada nessa estrutura maior e a economia local estava associada sobretudo ao cacau. Jéssica recorda que algumas crianças começavam a acompanhar as mães nas actividades por volta dos sete ou oito anos, colocando a escola em tensão com as necessidades da família.

Depois da Independência, a distribuição das terras alterou a organização das antigas roças. Na Boa Entrada, o cacau continua a sustentar muitas famílias. É também nesse território que sobrevivem apelidos associados à origem angolana, como Catambi, Vunge, Malungo. Os nomes funcionam como pequenas placas de sinalização numa estrada antiga. Nem sempre dizem exactamente de onde veio uma família, mas indicam que existe uma história que merece investigação.

Jéssica afirma também que existem situações de preconceito contra descendentes de angolanos. A palavra “tonga”, utilizada historicamente para designar determinadas populações ligadas às roças, aparece nesse universo social como uma categoria carregada de significados. É preciso cautela para não transformar cada testemunho numa generalização sociológica. Mas os relatos merecem ser registados, porque a história também é feita da maneira como as pessoas experimentam o passado no presente.

dades desiguais.

Porto Amboim, Malanje e uma família que perdeu os caminhos

Miquelina Amânco Pande, nascida na Roça Monte Café em 1955, guarda outra geografia familiar. Pelo lado materno, a família remonta ao Porto Amboim, no actual Cuanza-Sul. Pelo lado paterno, as raízes apontam para Malanje. Os pais nasceram em São Tomé. O pai, segundo a sua memória, nasceu durante a viagem para o arquipélago e acabou registado na ilha. Mais tarde, trabalhou como mecânico e reparava os comboios que circulavam em São Tomé. “Quando o comboio avariava, então meu pai é que ia consertar o comboio”.

A história mostra que o trabalho dos contratados não se limitava à plantação. Havia também conhecimentos técnicos essenciais à manutenção da infra-estrutura colonial. Miquelina recorda ter começado a trabalhar ainda criança, fala das longas jornadas e dos castigos físicos. Hoje lamenta que os filhos saibam pouco sobre o passado dos pais. “Os meus filhos não conhecem o que nós passámos aqui”, lamenta.

Desconhecimento da geração mais jovem

Ainda na Roça Monte Café, Sofia Dias, de 19 anos, representa uma geração mais jovem. Sabe que a família é descendente de angolanos, mas desconhece de que província vieram os antepassados. Angola chegou-lhe, sobretudo, através da televisão. Sofia abandonou a escola na 7.ª classe. Os custos de transporte e outras despesas dificultaram a continuidade dos estudos. Ainda assim, quer voltar a estudar e diz que aceitaria a possibilidade de estudar em Angola.

A sua história lembra que a preservação da memória também depende das condições sociais. Não é fácil pedir a uma jovem que investigue a genealogia familiar quando ela própria enfrenta dificuldades para continuar a formação.

“Eu, verdadeiramente, sou angolano”

Em Angolares, Roberto Pedro Jorge, de 86 anos, representa uma geração que ainda guarda histórias transmitidas directamente pelos mais velhos. Conta que o avô, conhecido por Xongo, teria vindo de Angola. A memória familiar aponta para a região do Lobito e Benguela, embora Roberto não consiga reconstruir toda a trajetória.

Recorda dificuldades, alimentação pobre, autoridade rígida, crianças envolvidas nas



Roberto Pedro, de 86 anos



Sofia Dias, de 19 anos

tarefas e trabalhadores que tentavam fugir. Alguns procuravam abrigo no mato, nas chamadas “capoeiras”, mas podiam ser perseguidos e punidos.

Nascido em São Tomé e sem nunca ter estado em Angola, Roberto afirma: “Eu, verdadeiramente, sou angolano”. Não é necessariamente uma negação de São Tomé, mas uma afirmação de ancestralidade.

Arquivos de uma história mais longa

As histórias recolhidas nas antigas roças fazem parte de uma história mais longa, que atravessa o tráfico de pessoas escravizadas, a expansão das plantações e o posterior sistema de trabalho contratado. O historiador são-tomense Carlos Neves situa a presença de africanos provenientes de Angola em São Tomé ainda no século XVI, no contexto do tráfico transatlântico de escravizados. A ilha funcionava como ponto de passagem nas rotas que ligavam África às Américas, particularmente ao Brasil.

A história não foi apenas de deslocamento e trabalho. Foi também de resistência. Muitos escravizados fugiram das plantações e procuraram refúgio nas zonas montanhosas, formando comunidades conhecidas como mocambos. Entre os episódios mais importantes está a revolta liderada pelo Rei Amador, em 1595. A origem dos Angolares continua, porém, em debate. Existem teorias que os relacionam com sobreviventes de um naufrágio e outras que apontam para ligações com populações do norte de Angola. Carlos Neves considera que ainda não existe uma explicação definitiva.

A própria família do historiador guarda essa história. Segundo o seu relato, a bisavó,



Emir Boa Morte

originária de Luanda, foi capturada aos 14 anos, junto ao rio Bengo, e levada para São Tomé, onde trabalhou como serviçal doméstica.

Mas há outro lugar onde essa história pode ser procurada: os arquivos. O Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe conserva contratos, recontratos, queixas e processos relacionados com fugas e maus-tratos. Esses documentos permitem, em alguns casos, acompanhar o percurso dos trabalhadores desde o recrutamento em Angola até à chegada a São Tomé e à distribuição pelas roças.

O director-geral da Cultura, Emir Boa Morte, explica. “Ele é contratado em Angola, através do angariador. Ele vem para São Tomé, fica na Curadoria e depois é distribuído para a roça”. Os documentos revelam também fugas de trabalhadores devido a maus-tratos, alimentação ou condições de vida. Alguns procuravam os mocambos; outros recorriam à Curadoria para solicitar a mudança de proprietário.

A Igreja diante da lembrança da escravização

Na história de São Tomé e Príncipe, a Igreja Católica ocupa um lugar incontornável. Desde os primeiros séculos da presença portuguesa, acompanhou a formação da sociedade insular e esteve presente num dos capítulos mais dolorosos da história atlântica, a escravização de africanos.

Na Sé Catedral de São Tomé, o padre Vicente Coelho reconhece essa presença e as contradições que marcaram a actuação da Igreja. Os africanos escravizados que chegavam ao arquipélago eram frequentemente baptizados antes de permanecerem na ilha ou seguirem viagem para outros destinos, sobretudo para o Brasil.

O baptismo significava a entrada formal no universo cristão, mas não anulava a realidade de uma sociedade construída sobre desigualdades e exploração. Vicente Coelho reconhece que houve momentos em que a Igreja não assumiu posição suficientemente firme diante do sofrimento das populações escravizadas, “A Igreja, na altura, negligenciou e falhou com muitas pessoas”.

A documentação religiosa pode, entretanto, ajudar a reconstruir histórias familiares. Livros de baptismo, registos matrimoniais e outros documentos podem devolver nomes e relações a pessoas que, em documentos administrativos, aparecem apenas como trabalhadores ou escravizados.

O sacerdote recorda o caso de uma mulher de ascendência angolana que procurava comprovar a sua história familiar. Nos arquivos da Igreja foi localizado o baptismo da sua avó, identificada como natural de Benguela. Um nome, uma data, uma localidade ou o nome dos pais podem abrir uma pista de investigação. Para famílias que perderam documentos, os arquivos paroquiais podem funcionar como mapas genealógicos. Vicente Coelho é, igualmente, claro sobre a responsabilidade histórica. “A Igreja não pode negar a História”.

Fé dos Angolares em Santa Cruz

No Sul de São Tomé, particularmente em Ribeira Peixe, a relação entre religião e memória assume outra dimensão. É neste espaço, marcado pela presença histórica dos Angolares e pela ligação ao mar, que o Frei Ademário Delgado acompanha a tradição de Santa Cruz.



Frei Ademário Delgado



Carlos Neves

Segundo a tradição preservada na comunidade, os antepassados dos Angolares estariam ligados a sobreviventes de um naufrágio nas proximidades das Sete Pedras, diante de Ribeira Peixe. A narrativa conta que os sobreviventes chegaram à terra e agradeceram por terem escapado à morte. Uma madeira que estaria na popa da embarcação teria sido recuperada e transformada num símbolo da celebração.

É nesse universo que aparece a Santa Cruz, acompanhada por manifestações como a Kiná, nas quais a canoa, as folhas de palmeira, a música e a dança integram uma memória colectiva. Para Frei Ademário, “hoje podemos dizer não só que estamos no território dos Angolares, mas também que estamos no território de Santa Cruz, nascido exactamente deste acontecimento histórico”.

A tradição religiosa funciona como um arquivo vivo. Onde os documentos desapareceram ou são insuficientes, os rituais conservam uma narrativa sobre a origem da comunidade. O religioso manifesta preocupação com o afastamento entre os mais velhos e os



Padre Vicente



Gilson da Conceição

jovens e com a perda da língua e de práticas culturais. A advertência é directa. “Um povo que não conhece a sua história não valoriza os mais velhos”.

A Igreja aparece, assim, num lugar singular da memória, nos arquivos paroquiais preserva documentos; nas comunidades acompanha tradições; e através dos seus sacerdotes recolhe narrativas que ajudam a compreender a formação da sociedade são-tomense. Entre documento, memória e educação.

É aqui que entra o Museu Nacional de São Tomé e Príncipe.

Para o seu director, Gilson da Conceição, um dos maiores desafios está em ensinar às novas gerações a diferença entre os vários períodos da história são-tomense. O responsável chama a atenção para a tendência de misturar acontecimentos separados por séculos, como a escravização, o sistema de contratos, o massacre de 1953 e a luta anticolonial.

A revolta do Rei Amador ocorreu em 1595, durante o período da escravização. O massacre de 1953 aconteceu mais de três séculos depois, num contexto colonial diferente. Para Gilson da Conceição, a distinção é fundamental. “É preciso começarmos a diferenciar momentos cronológicos, ensinar as nossas crianças através da cronologia histórica os acontecimentos históricos”.

O Museu encontra-se num processo de renovação que prevê a reorganização das salas e dos espólios e a criação de uma ala destinada ao público infantil. A intenção é fazer da instituição não apenas um lugar de conservação, mas também de aprendizagem. Para Gilson, preservar essa memória significa reconhecer a profundidade da ligação entre os dois países. “Esta ligação é muito forte entre São Tomé e Príncipe e Angola”.

Entre Carlos Neves, Emir Boa Morte e Gilson da Conceição estabelece-se uma triangulação da memória: o historiador interpreta o processo histórico; o arquivo mostra o que os documentos permitem reconstruir; e o museu coloca a questão de como essa história deve ser preservada e ensinada.

É nesse cruzamento entre documento, investigação, memória oral e educação que a história dos descendentes de angolanos pode deixar de ser apenas uma sucessão de lembranças familiares para se transformar numa parte reconhecida da história de São Tomé e Príncipe.

Nicolau, Api, Jorge, Miquelina, Roberto, Marcos, Sofia e Jéssica

Colocadas lado a lado, estas histórias formam um mapa: Malanje, Uíge, Lobito, Benguela, Porto Amboim e Luanda. Entre esses lugares e as comunidades são-tomenses há um oceano e décadas de silêncio.

Marcos tem familiares em Angola, mas nunca viajou para lá. Sofia quer conhecer o país dos antepassados, mas ainda não sabe de que província vieram. Nicolau gostaria de conhecer Angola. Api quer chegar ao Uíge. Jorge conhece o nome da família, mas não tem contacto com os parentes.

Miquelina deseja conhecer Porto Amboim e Malanje.



Associação transforma recordação em organização

É nesse espaço de ausência que Filipe Samba procura actuar. A Associação dos Filhos e Descendentes dos Angolanos em São Tomé e Príncipe procura transformar histórias individuais numa reivindicação colectiva. A associação actua na preservação cultural e na solidariedade social, sobretudo junto dos idosos e famílias vulneráveis.

Em Dezembro de 2024, segundo os dados reunidos pela reportagem, foram apoiados 146 idosos com mais de 70 anos, muitos sem pensão de reforma, em comunidades como Agostinho Neto, Monte Café, Água Izé, Santa Catarina, Uba Budo, Liberdade e Santana. Em 2025, uma nova acção conjunta beneficiou 136 famílias vulneráveis. Esses números contam outra parte da história.

A memória também tem fome. Muitos dos homens e mulheres que chegaram às roças envelheceram sem que o fim do contrato significasse segurança económica. A associação procura actuar em duas frentes, recuperar a história e responder às necessidades concretas daqueles que ainda vivem com as consequências sociais desse passado.

A aproximação com a Embaixada de Angola tornou-se importante. A organização foi recebida pela missão diplomática e passou a ser considerada interlocutora no trabalho de identificação e organização da comunidade. A Embaixada recomendou a elaboração de um plano de acção que identificasse os principais problemas e prioridades. Durante décadas, muitas dessas famílias existiram sobretudo como memórias privadas. Agora começam também a existir como comunidade organizada.

Cinco mil nomes à procura de uma história

Um dos maiores obstáculos é saber quantos são. Os levantamentos consulares ainda não oferecem uma estatística definitiva. A estimativa referida nas entrevistas aproxima-se

de cinco mil pessoas por identificar e registar, mas o número deve ser entendido como levantamento em curso. A dificuldade explica-se pela perda de documentos, alteração de apelidos, ausência de fotografias, contratos desaparecidos e memórias familiares incompletas. Há pessoas que sabem apenas isto, “Vieram de Angola”. É pouco para um arquivo. Mas pode ser suficiente para começar uma investigação.

Um apelido pode conduzir a um registo. Uma certidão pode conduzir a uma roça. Uma roça pode levar a uma lista de trabalhadores. Uma lista pode conduzir a uma localidade. E uma localidade pode, finalmente, conduzir a uma família. Por isso, Filipe Samba insiste, primeiro, saber quem são, depois, saber de onde vieram; finalmente, compreender quem são.

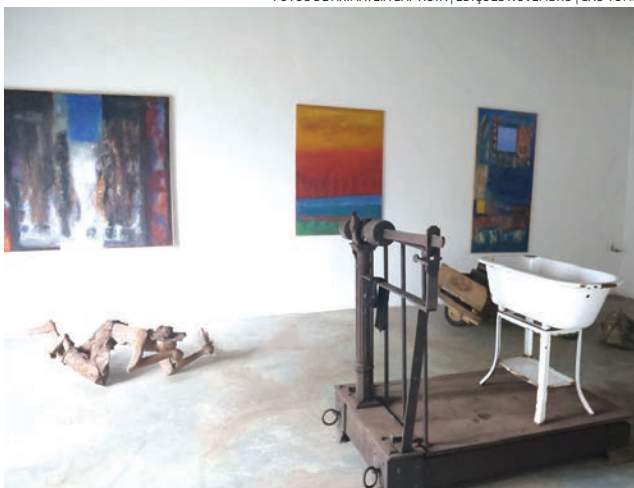
O cartão consular e o começo de uma identidade documental

Nesse processo, o cartão consular adquiriu um significado que ultrapassa a administração. Para a Embaixada, permite organizar informação e criar uma base de dados de pessoas que alegam possuir ascendência angolana. Para os descendentes, pode representar o reconhecimento institucional de uma ligação que durante décadas existiu apenas dentro da família.

O cartão, porém, não deve ser confundido com reconhecimento automático da nacionalidade angolana. São processos diferentes. A identificação consular organiza a comunidade e facilita a pesquisa documental, enquanto a nacionalidade depende dos requisitos legais aplicáveis a cada caso. Mas, simbolicamente, o gesto é importante. Uma história que durante muito tempo viveu na oralidade começa a entrar no papel.

A roça não é apenas uma ruína

Há um risco quando se fala das antigas roças: transformá-las



Alguns artefactos expostos no Museu São João dos Angolares



Entrada da Roça Monte Café com maior descendência angolana

apenas em património arquitectónico. Uma casa pode ser fotografada, uma sanzala filmada, um hospital descrito e um armazém restaurado. Mas cada parede teve pessoas.

Monte Café teve trabalhadores. Água Izé teve famílias. Agostinho Neto teve crianças. Boa Entrada continua a ter famílias que dependem do cacau. Dona Augusta conserva Nicolau. Ribeira Peixe guarda Jorge. São João dos Angolares mantém uma comunidade cuja relação com o mar e o território é parte fundamental da sua identidade. O património, portanto, não está apenas nos edifícios. Está também nas pessoas.

A memória que os jovens já não recebem

Em quase todas as entrevistas surge o mesmo receio: a história está a desaparecer. Miquelina

diz que os filhos já não conhecem aquilo que os pais viveram. Maria Pascoela observa que os netos sabem pouco sobre a origem angolana da família. Nicolau lamenta a perda das histórias dos mais velhos. Roberto sente que as gerações novas já não demonstram o mesmo interesse. Tatiana tenta responder precisamente a esse problema trabalhando com crianças.

O que acontece a uma sociedade quando os seus jovens deixam de conhecer as histórias que explicam a origem das suas famílias? Perde-se mais do que o passado. Perdem-se referências para compreender o presente.

Por isso, a preservação da memória precisa de entrar nas escolas, nos museus, nos arquivos e nas comunidades. Precisa de se transformar em investigação, documentário, livro, exposição,

testemunho oral e educação histórica. A história oral não substitui o documento. Mas, quando o documento desapareceu, pode indicar onde procurar.

Entre Angola e São Tomé, uma árvore que voltou a crescer

Filipe Samba costuma falar da existência de uma espécie de árvore genealógica comum. A metáfora é adequada. As raízes estão espalhadas por Angola. Alguns ramos chegaram a São Tomé. Outros ficaram pelo caminho. Alguns desapareceram. Outros cresceram e deram novas famílias.

Há ramos que chegaram a Malanje, Uíge, Luanda, Benguela, Lobito ou Porto Amboim. Em São Tomé, espalharam-se por Monte Café, Agostinho Neto, Água Izé, Dona Augusta, Boa Entrada, Ribeira Peixe, Angolares e tantas outras comunidades. O tempo misturou famílias. As línguas foram desaparecendo. Alguns apelidos foram abandonados. As fotografias perderam-se. Os documentos ficaram incompletos. Mas alguma coisa resistiu, a memória.

Não são apenas descendentes. São parte da história de São Tomé. Talvez seja esse o ponto que mais importa. Os descendentes de angolanos em São Tomé não são uma comunidade estrangeira que simplesmente permaneceu depois de uma migração antiga. São parte da própria sociedade são-tomense.

Os seus antepassados trabalharam na construção da economia das roças. Os filhos nasceram na ilha. Os netos participaram na formação do país independente. A história de Angola está, por isso, inscrita na história social de São Tomé. Não apenas porque homens e mulheres vieram de Angola, mas porque viveram, trabalharam, sofreram, resistiram, amaram, constituíram famílias e morreram em São Tomé. É por isso que a distinção entre “angolano” e “são-tomense” se torna, em muitos casos, insuficiente.

Marcos diz, “Eu me sinto são-tomense”. Nicolau afirma, “Eu sou filho

de angolanos, mas nasci cá”. Roberto declara, “Eu, verdadeiramente, sou angolano”. As três frases não se anulam. Mostram a complexidade de uma identidade construída através do Atlântico.

O reencontro ainda não aconteceu

O que fazer agora? A resposta talvez esteja numa cooperação mais sistemática entre Angola e São Tomé e Príncipe. É preciso investigar os arquivos dos dois países, cruzar registos civis, religiosos e laborais, digitalizar documentos, recolher testemunhos, identificar apelidos, mapear antigas roças, criar bases de dados genealógicas e aproximar universidades e investigadores.

E, sobretudo, criar possibilidades para que os descendentes conheçam as regiões de onde vieram os seus antepassados. Porque quando Maria Pascoela fala de Malanje, Api do Uíge ou Miquelina de Porto Amboim, não estão simplesmente a falar de viagens. Estão a falar de pertença. Uma visita pode transformar uma história contada pela avó numa paisagem real. Pode permitir que alguém finalmente diga: “Foi aqui que comecei a história da minha família”.



Uma história que o Atlântico não conseguiu apagar

No final desta viagem ficam os lugares. A fortaleza diante do mar, os arquivos, Trindade e a memória de Amador, Monte Café e as montanhas cobertas de verde, Agostinho Neto e as crianças que tentam transformar objectos antigos em memória, Água Izé e as estruturas de uma economia que dependeu de gerações de trabalhadores, Dona Augusta e Nicolau, Boa Entrada e os apelidos que resistiram, Ribeira Peixe e Jorge, Angolares e as histórias ainda abertas sobre os mocambos e a origem da comunidade.

E ficam os nomes de Angola. Malanje, Uíge, Luanda, Lobito, Benguela, Porto Amboim. Nomes que aparecem nos relatos de pessoas nascidas longe das terras que os seus ante-

passados deixaram. Talvez seja essa a imagem mais forte desta história, homens e mulheres que nunca atravessaram o mar para regressar a Angola, mas que carregaram Angola consigo durante toda a vida.

Filipe Samba procura transformar essa memória dispersa numa comunidade organizada. Maria Pascoela tenta chegar a Malanje. Api quer conhecer o Uíge. Miquelina ainda sonha com Porto Amboim e Malanje. Nicolau gostaria de ir e voltar. Jéssica quer conhecer o país da sua descendência. Marcos espera conhecer Luanda. Roberto, mesmo sem nunca ter pisado Angola, diz que é angolano. E talvez todos estejam, à sua maneira, a fazer a mesma pergunta:

De onde viemos?

A resposta não está num único arquivo. Está numa árvore familiar fragmentada. Está nos apelidos, nas línguas que desapareceram, nas fotografias que não chegaram, nas roças que permanecem de pé, nas histórias dos mais velhos e nos jovens que agora precisam de aprender a escutá-las. A história dos filhos de Angola que ficaram do outro lado do Atlântico não é apenas uma história de migração. É uma história de escravização, trabalho contratado, resistência, sobrevivência, família, identidade e memória. É também uma história de como homens e mulheres arrancados ou deslocados dos seus territórios conseguiram construir novas vidas sem

que, apesar do tempo, as suas origens desaparecessem completamente.

O Atlântico separou Angola e São Tomé. Mas não conseguiu separar as famílias da memória. E talvez seja justamente por isso que, tantos anos depois, ainda haja quem procure um apelido, uma fotografia, uma certidão, uma palavra antiga ou uma estrada para Malanje. Porque há viagens que começam muito antes de se comprar um bilhete. Começam no momento em que alguém pergunta à avó: “De onde vieram os nossos antepassados?” Em São Tomé, muitas dessas respostas continuam a apontar para Angola.

Mas a história não termina aqui. Do outro lado do Atlântico, outra margem dessa memória

espera agora ser investigada. No Brasil, para onde partiram muitos dos africanos escravizados que passaram por São Tomé e pelas redes atlânticas de tráfico, a pergunta sobre essas ligações ganha novas pistas: nos portos, nos arquivos, nos quilombos, nos museus, nas famílias e nos lugares onde a presença africana também deixou marcas profundas. A próxima viagem será, por isso, ao encontro dessa outra memória. Da ilha de São Tomé, a investigação segue agora para o Brasil.